

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S. As demonstrações contábeis do exercício de 2019 da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CENTRAL RIO completou 8 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e as suas comunidades, também ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CENTRAL RIO obteve um resultado de R\$ 138.190,83. Importante ressaltar que a Central remunerou o capital das cooperativas filiadas por meio de pagamento de juros, em 90% da Selic, que totalizou R\$ 2.013.909,31. Considerando as sobras líquidas e o montante de juros pagos, o retorno sobre o patrimônio líquido foi de 5%.

### 3. Ativos

Os recursos aplicados em Depósitos Interfinanceiros e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 600.061.325,44. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 9.558.823,47.

O maior devedor representava, na data-base de 31/12/2019, o percentual de 60% da carteira, totalizando R\$ 5.732.574,91.

### 4. Captação

As captações de recursos junto às cooperativas singulares filiadas somavam o total de R\$ 596.728.576,09, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 1%.

O maior aplicador representava, na data base de 31/12/2019, o percentual de 52% da centralização financeira, totalizando R\$ 310.063.614,55.

### 5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB CENTRAL RIO era de R\$ 26.405.472,48. O quadro de associados era composto por 8 cooperativas singulares.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco da afiliada e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL RIO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

### 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Conselho de Administração. A Central não faz auditorias internas. Ela passa pela auditoria interna realizada pelo Sicoob Confederação.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central. A Central possui também a Política de Crédito, sendo um normativo interno.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter um plano de cargos e salários.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **8. Conselho Fiscal**

Eleito trienalmente, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar à diretoria executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL RIO aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## **10. Sistema de Ouvidoria**

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

## **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop**

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro, RJ, 13 de março de 2020.

LUIZ ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO  
Diretor Presidente

MARCELO CÁRFORA  
Diretor Administrativo

NÁBIA DOS SANTOS JORGE  
Diretor Operacional

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em Reais)

**Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO**  
CNPJ nº 14.568.725/0001-95

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>36.285.035,37</b>	<b>64.850.440,24</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>598.145.006,59</b>	<b>603.675.906,52</b>
DISPONIBILIDADES	(Nota 3.c)	129.599,20	65.825,18	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(Nota 12)	596.728.576,09	601.461.721,15
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 4)	32.137.105,00	10.914.448,86	Centralização Financeira - Cooperativas		596.728.576,09	601.461.721,15
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		32.137.105,00	10.914.448,86	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.416.430,50	2.214.185,37
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(Nota 5)	7.339,48	49.190.824,81	Sociais e Estatutárias	(Nota 13.1)	82.211,03	439.862,94
Carteira Própria		7.339,48	49.190.824,81	Fiscais e Previdenciárias	(Nota 13.2)	299.881,33	258.940,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 6)	3.869.656,43	4.536.739,05	Diversas	(Nota 13.3)	1.034.338,14	1.515.382,36
Operações de Crédito		3.869.656,43	4.541.767,15				
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		-	(5.028,10)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 7)	103.508,39	104.303,44				
Diversos		103.508,39	104.303,44				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 8)	37.826,87	38.298,90				
Despesas Antecipadas		37.826,87	38.298,90				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>602.576.481,02</b>	<b>577.802.268,02</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>40.716.509,80</b>	<b>38.976.801,74</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		573.606.048,00	550.735.522,08	CAPITAL SOCIAL	(Nota 15)	40.018.388,77	37.811.168,09
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 4)	532.287.204,52	530.829.184,62	De Domiciliados no País		40.018.388,77	37.811.168,09
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		532.287.204,52	530.829.184,62	RESERVAS DE SOBRAS	(Nota 15.b)	559.930,20	543.672,46
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(Nota 5)	35.629.676,44	12.780.087,32	Fundo de Reserva		559.930,20	543.672,46
Carteira Própria		35.629.676,44	12.780.087,32	SOBRAS ACUMULADAS	(Nota 15.c/d)	138.190,83	621.961,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 6)	5.689.167,04	7.126.250,14				
Operações de Crédito		5.689.167,04	7.133.333,47				
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		-	(7.083,33)				
PERMANENTE		28.970.433,02	27.066.745,94				
INVESTIMENTOS	(Nota 9)	21.511.886,37	19.228.859,92				
Outros Investimentos		21.511.886,37	19.228.859,92				
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	7.407.414,05	7.818.269,53				
Imóveis de Uso		5.636.126,38	5.636.126,38				
Outras Imobilizações de Uso		3.585.790,46	3.442.442,84				
(Depreciação acumulada)		(1.814.502,79)	(1.260.299,69)				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	51.132,60	19.616,49				
Outros Ativos Intangíveis		70.976,40	32.172,90				
(Amortização acumulada)		(19.843,80)	(12.556,41)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>638.861.516,39</b>	<b>642.652.708,26</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>638.861.516,39</b>	<b>642.652.708,26</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em Reais)

**Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO**  
CNPJ nº 14.568.725/0001-95

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE DE 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>16.330.665,18</b>	<b>34.486.184,27</b>	<b>42.669.224,45</b>
Operações de Crédito - (Nota 18)	335.129,15	747.768,52	553.289,65
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - (Nota 4)	14.614.535,48	30.627.180,34	31.265.881,62
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários - (Nota 5)	1.381.000,55	3.111.235,41	10.850.053,18
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.602,78</b>	<b>12.111,43</b>	<b>(12.111,43)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - (Nota 19)	9.602,78	12.111,43	(12.111,43)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>16.340.267,96</b>	<b>34.498.295,70</b>	<b>42.657.113,02</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(16.593.276,56)</b>	<b>(32.235.983,63)</b>	<b>(39.489.750,30)</b>
Receitas de Prestação de Serviços - (Nota 20)	74.834,62	135.264,18	246.731,11
Despesas de Pessoal - (Nota 21)	(4.066.926,52)	(7.979.763,60)	(6.572.795,86)
Outras Despesas Administrativas - (Nota 22)	(2.114.584,36)	(3.981.388,79)	(3.751.781,57)
Despesas Tributárias	(71.720,82)	(155.131,51)	(153.810,06)
Outros Ingressos/Rendas Operacionais - (Nota 23)	5.454.597,40	13.247.637,51	12.453.697,16
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais - (Nota 24)	(15.869.476,88)	(33.502.601,42)	(41.711.791,08)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(253.008,60)</b>	<b>2.262.312,07</b>	<b>3.167.362,72</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - (Nota 25)	100,00	100,00	38,09
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>(252.908,60)</b>	<b>2.262.412,07</b>	<b>3.167.400,81</b>
Juros ao Capital - (Nota 17)	(2.013.909,31)	(2.013.909,31)	(2.262.859,18)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>(2.266.817,91)</b>	<b>248.502,76</b>	<b>904.541,63</b>
Provisão para Imposto de Renda	(3.070,48)	(9.121,59)	(22.067,58)
Provisão para Contribuição Social	(3.070,48)	(9.121,59)	(25.009,91)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>(2.272.958,87)</b>	<b>230.259,58</b>	<b>857.464,14</b>
F A T E S - Atos não Cooperativos - (Nota 15.d)	-	(67.682,14)	(125.745,10)
F A T E S - Atos Cooperativos - (Nota 15.d)	-	(8.128,87)	(36.585,95)
Reserva Legal - (Nota 15.d)	-	(16.257,74)	(73.171,90)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.272.958,87)</b>	<b>138.190,83</b>	<b>621.961,19</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em Reais)

**Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO**  
CNPJ nº 14.568.725/0001-95

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>34.890.730,38</b>	<b>470.500,56</b>	<b>946.055,84</b>	<b>36.307.286,78</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Ao FATES	-	-	(300.000,00)	(300.000,00)
Em Conta Corrente do Associado	-	-	(646.055,84)	(646.055,84)
<b>Movimentação de Capital</b>				
Por Subscrição/Realização	682.389,00	-	-	682.389,00
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	857.464,14	857.464,14
Subscrição dos Juros ao Capital	2.238.048,71	-	-	2.238.048,71
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	(125.745,10)	(125.745,10)
<b>Destinação das Sobras:</b>				
Fundo de Reserva - Nota 15.b/d	-	73.171,90	(73.171,90)	-
F A T E S - Nota 15.d	-	-	(36.585,95)	(36.585,95)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>37.811.168,09</b>	<b>543.672,46</b>	<b>621.961,19</b>	<b>38.976.801,74</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	(2.860,62)	(2.860,62)
Em Conta Corrente do Associado	-	-	(593.465,04)	(593.465,04)
Ao Capital Social	25.635,53	-	(25.635,53)	-
<b>Movimentação de Capital</b>				
Por Subscrição/Realização	693.576,39	-	-	693.576,39
Por Devolução ( - )	(525.900,55)	-	-	(525.900,55)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	230.259,58	230.259,58
Subscrição dos Juros ao Capital - (Nota 17)	2.013.909,31	-	-	2.013.909,31
FATES - Atos Não Cooperativos - (Nota 15.d)	-	-	(67.682,14)	(67.682,14)
<b>Destinação das Sobras:</b>				
Fundo de Reserva - (Nota 15.d)	-	16.257,74	(16.257,74)	-
F A T E S - (Nota 15.d)	-	-	(8.128,87)	(8.128,87)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>40.018.388,77</b>	<b>559.930,20</b>	<b>138.190,83</b>	<b>40.716.509,80</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em Reais)

**Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO**  
**CNPJ nº 14.568.725/0001-95**

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>34.890.730,38</b>	<b>470.500,56</b>	<b>946.055,84</b>	<b>36.307.286,78</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Ao FATES	-	-	(300.000,00)	(300.000,00)
Em Conta Corrente do Associado	-	-	(646.055,84)	(646.055,84)
<b>Movimentação de Capital</b>				
Por Subscrição/Realização	682.389,00	-	-	682.389,00
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	857.464,14	857.464,14
Subscrição dos Juros ao Capital	2.238.048,71	-	-	2.238.048,71
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	(125.745,10)	(125.745,10)
<b>Destinação das Sobras:</b>				
Fundo de Reserva - Nota 15.b/d	-	73.171,90	(73.171,90)	-
F A T E S - Nota 15.d	-	-	(36.585,95)	(36.585,95)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>37.811.168,09</b>	<b>543.672,46</b>	<b>621.961,19</b>	<b>38.976.801,74</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	(2.860,62)	(2.860,62)
Em Conta Corrente do Associado	-	-	(593.465,04)	(593.465,04)
Ao Capital Social	25.635,53	-	(25.635,53)	-
<b>Movimentação de Capital</b>				
Por Subscrição/Realização	693.576,39	-	-	693.576,39
Por Devolução ( - )	(525.900,55)	-	-	(525.900,55)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	230.259,58	230.259,58
Subscrição dos Juros ao Capital - (Nota 17)	2.013.909,31	-	-	2.013.909,31
FATES - Atos Não Cooperativos - (Nota 15.d)	-	-	(67.682,14)	(67.682,14)
<b>Destinação das Sobras:</b>				
Fundo de Reserva - (Nota 15.d)	-	16.257,74	(16.257,74)	-
F A T E S - (Nota 15.d)	-	-	(8.128,87)	(8.128,87)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>40.018.388,77</b>	<b>559.930,20</b>	<b>138.190,83</b>	<b>40.716.509,80</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - SICOOB CENTRAL RIO**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Em reais)

### **1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, é uma Central, instituição financeira não bancária, fundada em 30/09/2011, filiada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRAL RIO possui 1 Posto de Atendimento (PAs) no RIO DE JANEIRO - RJ.

O SICOOB CENTRAL RIO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 13 de março de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**



Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, também títulos de valores mobiliários, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Depósitos Bancários	129.599,20	65.825,18
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	115.196,16
Títulos E Valores Mobiliários	7.339,48	7.629,35
<b>TOTAL</b>	<b>136.938,68</b>	<b>188.650,69</b>

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas no Sicoob Confederação, ações do Bancoob, Confefbras, CNAC e Sicoob Corretora, todas avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Central ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o

ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **j) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **k) Provisões**

São reconhecidas quando a Central tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **l) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **m) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Central tem por diretriz.

#### **n) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### **o) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **p) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **q) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

#### 4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em depósitos interfinanceiros estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Interfinanceiros	32.137.105,00	532.287.204,52	564.424.309,52	10.914.448,86	530.829.184,62	541.743.633,48
<b>TOTAL</b>	<b>32.137.105,00</b>	<b>532.287.204,52</b>	<b>564.424.309,52</b>	<b>10.914.448,86</b>	<b>530.829.184,62</b>	<b>541.743.633,48</b>

As aplicações em depósitos interfinanceiros, via Bancoob, com remuneração pós-fixadas, de 101% e 102% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 30.627.180,34 e R\$ 31.265.881,62.

#### 5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Título de Renda Fixa	-	20.160.821,60	20.160.821,60	49.183.195,46	-	49.183.195,46
Cotas de Fundos de Investimento	7.339,48	15.468.854,84	15.476.194,32	7.629,35	12.780.087,32	12.787.716,67
<b>TOTAL</b>	<b>7.339,48</b>	<b>35.629.676,44</b>	<b>35.637.015,92</b>	<b>49.190.824,81</b>	<b>12.780.087,32</b>	<b>61.970.912,13</b>

Os títulos de renda fixa são letras financeiras de instituições financeiras privadas, pós-fixadas, com rentabilidade de 106% a 107,5% do CDI, via Bancoob.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 3.111.235,41 e R\$ 10.850.053,18.

#### 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	3.869.656,43	5.689.167,04	9.558.823,47	11.675.100,62
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>3.869.656,43</b>	<b>5.689.167,04</b>	<b>9.558.823,47</b>	<b>11.675.100,62</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	-	-	-	(12.111,43)
<b>TOTAL</b>	<b>3.869.656,43</b>	<b>5.689.167,04</b>	<b>9.558.823,47</b>	<b>11.662.989,19</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	9.558.823,47	9.558.823,47	-	9.252.814,08	-
A	0,5%	Normal	-	-	-	2.422.286,54	(12.111,43)
<b>Total Normal</b>			<b>9.558.823,47</b>	<b>9.558.823,47</b>	-	<b>11.675.100,62</b>	<b>(12.111,43)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>9.558.823,47</b>	<b>9.558.823,47</b>	-	<b>11.675.100,62</b>	<b>(12.111,43)</b>
<b>Provisões</b>			-	-	-	<b>(12.111,43)</b>	-
<b>Total Líquido</b>			<b>9.558.823,47</b>	<b>9.558.823,47</b>	-	<b>11.662.989,19</b>	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	992.989,91	2.876.666,52	5.689.167,04	9.558.823,47
<b>TOTAL</b>	<b>992.989,91</b>	<b>2.876.666,52</b>	<b>5.689.167,04</b>	<b>9.558.823,47</b>

Obs.: Não inclui provisão para créditos com liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	5.732.574,91	5.732.574,91	60%
Outros	3.826.248,56	3.826.248,56	40%
<b>TOTAL</b>	<b>9.558.823,47</b>	<b>9.558.823,47</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(12.111,43)	-
Reversão	12.111,43	(12.111,43)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>(12.111,43)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	5.732.574,91	60%	7.211.572,72	62%
4 Maiores Devedores	9.558.823,47	100%	11.675.100,62	100%

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de Férias	31.120,84	33.098,05
Adiantamento de Viagem E Diversas	600,00	209,00
Impostos e Contribuições a Compensar	5.937,73	516,72
Pagamentos a Ressarcir	-	380,40
Devedores Diversos – País (a)	65.849,82	70.099,27
<b>TOTAL</b>	<b>103.508,39</b>	<b>104.303,44</b>

(a) Refere-se à pendência a regularizar (R\$ 19,50) e valores a receber de cooperativas filiadas (R\$ 65.830,32).

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Prêmio de seguros	10.694,49	11.708,12
Assinatura e periódicos	-	203,14
Processamento de dados	14.407,53	10.843,69
Vale transporte	12.724,85	15.543,95
<b>TOTAL</b>	<b>37.826,87</b>	<b>38.298,90</b>

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por ações do BANCOOB e quotas do SICOOB Confederação. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2018	Aquisições	31/12/2019
Bancoob	16.108.240,37	2.218.202,07	18.326.442,44
Sicoob Confederação	2.834.183,39	3.905,17	2.838.088,56
Cnac	273.436,16	60.919,21	334.355,37
Sicoob Corretora	12.500,00	-	12.500,00

Descrição	31/12/2018	Aquisições	31/12/2019
Confedbras	500,00	-	500,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.228.859,92</b>	<b>2.283.026,45</b>	<b>21.511.886,37</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Reversões e Transferência	Depreciação	31/12/2019
Terrenos	-	957.853,43	-	-	-	-	957.853,43
Edificações	4%	4.678.272,95	-	-	-	-	4.678.272,95
(-) Dep. Acum. Edificações		(392.256,09)	-	-	-	(187.130,88)	(579.386,97)
Instalações	10%	2.120.254,13	86.440,00	-	-	-	2.206.694,13
(-) Dep. Acum. Instalações		(374.625,16)	-	-	-	(214.367,81)	(588.992,97)
Móveis e Equip. de uso	10%	767.074,43	13.011,02	-	-	-	780.085,45
(-) Dep. Acum. Mów. Equip. uso		(210.384,84)	-	-	-	(77.584,42)	(287.969,26)
Sistema de Comunicação	10%	36.722,10	2.150,00	-	-	-	38.872,10
(-) Dep. Acum.-Sist. Comunicação		(7.696,06)	-	-	-	(3.779,76)	(11.475,82)
Sistema de proc.de dados	20%	452.040,55	41.746,60	-	-	-	493.787,15
(-) Dep. Acum.-Sist. Proc. Dados		(255.755,22)	-	-	-	(64.705,07)	(320.460,29)
Sistema de Segurança	10%	66.351,63	-	-	-	-	66.351,63
(-) Dep. Acum. -Sist. Segurança		(19.582,32)	-	-	-	(6.635,16)	(26.217,48)
<b>TOTAL</b>		<b>7.818.269,53</b>	<b>143.347,62</b>	-	-	<b>(554.203,10)</b>	<b>7.407.414,05</b>

## 11. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2019
intangível	20%	32.172,90	38.803,50	-	-	70.976,40
(-) Amort. Acum. Intangível		(12.556,41)	-	-	(7.287,39)	(19.843,80)
<b>TOTAL</b>		<b>19.616,49</b>	<b>38.803,50</b>	-	<b>(7.287,39)</b>	<b>51.132,60</b>

## 12. Relações interfinanceiras

Refere-se a depósitos na centralização financeira, conforme artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/15 e são remunerados pelo CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em 2019 o saldo da centralização financeira estava assim composto:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização financeira – cooperativas	596.728.576,09	601.461.721,15
<b>TOTAL</b>	<b>596.728.576,09</b>	<b>601.461.721,15</b>

a) Concentração dos principais aplicadores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Aplicador	310.063.614,55	52%	325.454.524,92	54%
8 Maiores Aplicadores	596.728.576,09	100%	601.461.721,15	100%

## 13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sociais e Estatutárias – 13.1	82.211,03	439.862,94
Fiscais e Previdenciárias – 13.2	299.881,33	258.940,07
Diversas – 13.3	1.034.338,14	1.515.382,36
<b>TOTAL</b>	<b>1.416.430,50</b>	<b>2.214.185,37</b>

### 13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	8.128,87	44.687,97
Resultado de Atos com Não Associados (a)	67.682,14	365.170,83
Gratificações e Participações a Pagar	6.400,02	5.193,67
Cotas de Capital a Pagar	-	24.810,47
<b>TOTAL</b>	<b>82.211,03</b>	<b>439.862,94</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

### 13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	4.097,57	5.177,54
Impostos e Contribuições sobre Salários	294.150,39	252.371,01
Outros	1.633,37	1.391,52
<b>TOTAL</b>	<b>299.881,33</b>	<b>258.940,07</b>

### 13.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	99.454,84	453.946,53
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	637.746,08	605.439,55
Credores Diversos – País (b)	297.137,22	455.996,28
<b>TOTAL</b>	<b>1.034.338,14</b>	<b>1.515.382,36</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 584.760,45) e outras despesas administrativas de (R\$ 52.985,63).

(b) Referem-se outros credores diversos – país (R\$ 10.000,00), crédito de filiadas (R\$ 29.737,57), pagamentos a processar (R\$ 1.763,65) e outros (R\$ 255.636,00).

### 14. Instrumentos Financeiros

O Sicoob Central Rio opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Central não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por suas cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	40.018.388,77	37.811.168,09
Associados	8	8

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Conforme deliberação em assembleia geral, realizada em 16 de abril de 2019, das sobras de 621.961,19, foi aprovado creditado em conta corrente das cooperativas filiadas (R\$ 593.465,04), integralização do capital social (R\$ 25.635,53) e cota de capital a pagar (R\$ 2.860,62).

#### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício antes das destinações	230.259,58	857.464,14
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(67.682,14)	(125.745,10)
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>162.577,44</b>	<b>731.719,04</b>
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(16.257,74)	(73.171,90)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(8.128,87)	(36.585,95)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>138.190,83</b>	<b>621.961,19</b>

### 16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra/Perda Líquida do Exercício antes IRPJ e CSLL	248.502,76	904.541,63
Resultado de Atos com Associados	(162.577,44)	(731.719,04)
Ajustes do Resultado com Não Associados (IRPJ/CSLL)	(18.243,18)	(47.077,49)
<b>Resultado de Atos com Não Associados Conf. Art. 87 da Lei 5.764/71</b>	<b>67.682,14</b>	<b>125.745,10</b>

### 17. Provisão de Juros ao Capital

A Central pagou juros ao capital próprio de R\$ 2.013.909,31, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

### 18. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Empréstimos	335.129,15	747.768,52	553.289,65
<b>TOTAL</b>	<b>335.129,15</b>	<b>747.768,52</b>	<b>553.289,65</b>

## 19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Provisões para Operações de Crédito	-	-	(14.620,07)
Reversão para Operações de Crédito	9.602,78	12.111,43	2.508,64
<b>TOTAL</b>	<b>9.602,78</b>	<b>12.111,43</b>	<b>(12.111,43)</b>

## 20. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Outros Serviços	73.892,62	133.422,18	241.907,11
Rendas de Serviços Prioritários – PF	28,00	28,00	324,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	914,00	1.814,00	4.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>74.834,62</b>	<b>135.264,18</b>	<b>246.731,11</b>

## 21. Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(18.000,00)	(32.400,00)	(20.700,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(751.283,90)	(1.390.157,65)	(993.271,58)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(513.297,57)	(1.110.214,28)	(974.129,63)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(800.039,65)	(1.537.862,34)	(1.293.410,46)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.935.164,94)	(3.823.140,67)	(3.233.888,44)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(11.624,50)	(16.286,00)	(35.413,40)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(37.515,96)	(69.702,66)	(21.982,35)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.066.926,52)</b>	<b>(7.979.763,60)</b>	<b>(6.572.795,86)</b>

## 22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(53.025,64)	(124.776,91)	(121.747,79)
Despesas de Aluguéis	(130.526,39)	(260.159,62)	(246.304,01)
Despesas de Comunicações	(84.234,91)	(147.080,66)	(137.209,47)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(65.952,13)	(142.182,12)	(139.363,78)
Despesas de Material	(14.338,21)	(29.879,73)	(43.256,67)
Despesas de Processamento de Dados	(142.076,42)	(260.463,12)	(198.344,68)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(35.910,20)	(54.299,70)	(53.511,12)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(9.948,36)	(36.521,11)	(90.555,98)
Despesas de Publicações	(150,00)	(630,00)	(590,00)
Despesas de Seguros	(13.575,56)	(27.607,49)	(38.360,41)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(20.584,47)	(40.668,39)	(47.325,60)
Despesas de Serviços de Terceiros	(4.953,88)	(8.730,51)	(14.552,60)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(50.356,62)	(100.060,54)	(95.893,89)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(297.125,79)	(547.621,55)	(625.658,45)
Despesas de Transporte	(6.535,89)	(11.957,21)	(8.431,31)
Despesas de Viagem ao Exterior	(17.464,15)	(17.464,15)	-
Despesas de Viagem no País	(134.573,81)	(188.947,05)	(141.536,43)
Despesas de Amortização	(4.674,06)	(7.287,39)	(2.138,75)
Despesas de Depreciação	(278.462,89)	(554.203,10)	(552.572,80)
Outras Despesas Administrativas	(750.114,98)	(1.420.848,44)	(1.194.427,83)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.114.584,36)</b>	<b>(3.981.388,79)</b>	<b>(3.751.781,57)</b>

## 23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	442.083,74	938.973,96	860.898,66
Dividendos	-	2.250.919,23	1.691.646,30



Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Outras Rendas Operacionais	5.012.513,66	10.057.744,32	9.901.152,20
<b>TOTAL</b>	<b>5.454.597,40</b>	<b>13.247.637,51</b>	<b>12.453.697,16</b>

#### 24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(15.862.839,34)	(33.494.137,35)	(41.684.583,14)
Outras Despesas Operacionais	(6.637,54)	(8.464,07)	(23.780,34)
Contingências	-	-	(3.427,60)
<b>TOTAL</b>	<b>(15.869.476,88)</b>	<b>(33.502.601,42)</b>	<b>(41.711.791,08)</b>

#### 25. Resultado não operacional

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	100,00	100,00	38,09
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>38,09</b>

#### 26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Central, com entendimento para Conselho de Administração e diretoria executiva.

Nos exercícios de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(32.400,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.390.157,65)
Encargos Sociais	(309.505,50)
Ajuda de custo – auxílio alimentação/refeição	(39.382,36)

#### 27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

##### 27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

## **27.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a Central não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

## **27.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela Central para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

## **27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

## **27.5 Gestão de Continuidade de Negócios**

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

## 28. Seguros contratados – Não auditado

A Central adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019 os seguros estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimonial	7.500.000,00	1.350.000,00
Valores	200.000,00	253.500,00
Fiança	39.359,56	61.019,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.739.359,56</b>	<b>1.664.519,00</b>

## 29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 26.405.472,48, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2019, com percentual de Índice de Basileia 16,55%.

## 30. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da Central, existe 01 processo judicial cível no qual a Central figura como polo passivo, classificado com risco de perda possível, totalizando R\$ 48.856,00.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020.

LUIZ ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Diretor Presidente

NÁBIA DOS SANTOS JORGE  
Diretora Operacional

MARCELO CÁRFORA  
Diretor Administrativo

RAFAEL DIAS  
Contador  
CRC/RJ 102099/O-7

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva da  
Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro Ltda - Sicoob Central Rio  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro Ltda - Sicoob Central Rio, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro Ltda - Sicoob Central Rio, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida

significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da central. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a central a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Ribeirão Preto/SP, 20 de março de 2020.

Edimilson Artilha Vieira  
Contador - CRC – SP 280575/O



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro Ltda. – SICOOB CENTRAL RIO, após procederem ao exame do relatório de administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, e, à vista do parecer sem ressalvas da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC de 20/03/2020, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020.

José Roberto Menegardo  
Coordenador

Marcelo Jose da Silva Azeredo  
Secretário

Gilson Prata de Oliveira  
Membro Efetivo